

grupo relativamente jovem, com idade até 30 anos, do sexo feminino, apresentando como ocupações principais as de professor e estudante.

Na fase experimental, a capacitação dos elementos de campo envolvidos no Projeto foi realizada pelo MOBRAF Central. Já na fase de expansão, tanto essa capacitação quanto o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo monitor/COMUN ficaram sob a responsabilidade do SUSUG/Coordenação.

Os recursos humanos são capacitados no momento de implantação, treinamento básico, realimentações periódicas e encontros.

Em todas as fases de desenvolvimento do Projeto, a capacitação dos recursos humanos ficou prejudicada por determinados fatores, dentre os quais destacam-se:

- a insuficiência dos recursos financeiros para o período de treinamento/realimentação;
- a falta de pessoal qualificado para acompanhar e avaliar o Projeto;
- a dispersão dos agentes pelo Estado/Território;
- a falta de condições para dar assistência à zona rural.

Com relação a este último item, a monitoria volante e a submonitoria, estratégias montadas objetivando atender à população da zona rural, não se mostraram eficazes para solucionar o problema.

Foram levantadas, ainda, informações quanto a aspectos administrativos, que dizem respeito, basicamente, à implantação do Projeto e à interiorização do material.

São apontadas, como dificuldades mais comuns para a implantação do Projeto:

- o desinteresse do monitor e das COMUN;
- a falta de um planejamento de mobilização;
- o desinteresse da clientela, por não haver certificado;
- custos elevados para a utilização dos meios de comunicação;
- divulgação intensa apenas no momento da implantação.

A inoperância do monitor/COMUN, na zona rural, os problemas de acesso e transporte acentuam ainda mais essas dificuldades.

Quanto à interiorização de material não existem dados suficientes para que se possa fazer um histórico de como ela vem se realizando desde o início do Projeto. Porém, acredita-se que, na medida em que foi aumentado o número de Roteiros por aluno (atualmente são 23), foram crescendo as dificuldades para levar o material até os municípios.

Deve-se questionar em que medida a tentativa de fornecer aos participantes do PAD uma maior variedade de temas para estudo, não veio agravar, mais ainda, os problemas de operacionalização do Projeto.

De acordo com as informações coletadas, a interiorização de material é prejudicada por: dificuldade de acesso, falta de transporte, falta de local para estocagem, falta de apoio das Prefeituras.

Quanto ao acompanhamento e à supervisão, a grande maioria das informações indica que são precários, difíceis de executar e pouco eficazes, sobretudo na zona rural. Dentre as principais causas para a dificuldade de acompanhamento, estão:

- o retorno demorado ou não-retorno da clientela ao Projeto;
- a falta de transporte para a zona rural, onde se concentra a clientela dispersa;
- o estabelecimento de prioridade para outros Projetos;
- a sobrecarga e dificuldade de capacitação dos SA;
- a pouca disponibilidade e qualificação dos elementos das COMUN;
- a precariedade dos recursos financeiros.

A forma de controle utilizada atualmente apresenta problemas e terá que ser revista, a fim de que se torne mais operacional e permita informações reais. Isto deverá ser feito, principalmente, em relação à Ficha de Acompanhamento do Aluno e ao Relatório Mensal do Monitor, embora também na Ficha Geral de Inscrição de Alunos sejam necessários alguns ajustes, para a previsão dos casos de evasão.

Com referência à avaliação do PAD, pode-se dizer que ela não ocorreu de modo sistemático, na fase de expansão. Em função das informações obtidas através do acompanhamento, tentava-se fazer as correções possíveis, para um melhor desenvolvimento do Projeto.

Uma simples análise das conclusões apontadas pela reflexão crítica sobre o Projeto de Autodidatismo parece indicar que os maiores pontos de estrangulamento para o seu desenvolvimento estão vinculados, principalmente, aos seus objetivos — tanto gerais, como específicos —, ao atendimento minoritário à clientela prevista, à fragilidade da infra-estrutura que o suporta — monitores, acompanhamento e controle — e, ainda, ao contexto sócio-econômico e político vivido pela população alvo.

Esta abordagem de análise parte da proposta do Projeto e de sua apropriação pela comunidade, considerada a infra-estrutura de recursos humanos, materiais e financeiros da Instituição, na visão das Coordenações.

A proposta tem por base o oferecimento de cursos de curta duração, visando à iniciação ao trabalho, a partir da monitoria disponível nas comunidades (sem exigência de escolaridade mínima), por meio de uma metodologia flexível, que permita uma operacionalização ajustada às possibilidades de execução de cada local.

A infra-estrutura de recursos humanos, materiais e financeiros surge como suporte à operacionalização da proposta. Os dados levantados nas Coordenações apontam, entretanto, para problemas na seguinte direção: a irrisória gratificação da monitoria; a falta de condições das Prefeituras para complementar essa gratificação; a insuficiência de transportes para um acompanhamento mais direto; a ausência de material de apoio para os cursos; a baixa qualificação da monitoria; a pouca capacitação e o limitado envolvimento de elementos da COMUN; a interferência da Prefeitura na escolha da monitoria; o quadro restrito de elementos na Coordenação.

Estes foram os principais pontos de estrangulamento levantados pelas Coordenações, com relação ao Projeto. Em todo momento se faz presente a questão dos limites da infra-estrutura institucional, como fator fundamental — comprometedor da execução da proposta.

Esta, enquanto tal, foi questionada pelo grupo de reestudo segundo duas limitações básicas, que puderam ser percebidas a partir do depoimento das Coordenações:

1. ausência de articulação entre objetivos e metodologia;
2. ausência de articulação entre as possibilidades da proposta frente às limitações de infra-estrutura, anteriormente citadas.

Com base nestas duas linhas básicas de análise procurou-se refletir sobre algumas contradições observadas na fala das Coordenações. Assim, por exemplo, elogia-se a metodologia, que, por sua flexibilidade, permite uma operacionalização informal e, por isso, é considerada como altamente motivadora; por outro lado, no acompanhamento ao Projeto, esta mesma informalidade/flexibilidade da metodologia aparece como obstáculo, como dificultadora de um acompanhamento mais direto: é a velocidade de execução dos cursos (em decorrência da carga horária reduzida e da flexibilidade de sua distribuição), é a dispersão dos locais de realização dos cursos (é possível o desenvolvimento dos cursos até na casa dos monitores), exigindo mais ainda da infra-estrutura institucional, já bastante limitada.

nêsse sentido que, ao se observar, no depoimento das coordenações, o papel atribuído ao monitor no desenvolvimento dos cursos, percebe-se que este se coloca mais como um reforço infra-estrutura institucional do que como um elemento da comunidade propriamente dito. Assim é que os cursos oferecidos não são definidos em função das necessidades reais da clientela, mas a partir das possibilidades da monitoria disponível, e o monitor é o elemento que participa ativamente das etapas de divulgação dos cursos, mobilização dos alunos, etc.

Nesta perspectiva, tornam-se possíveis as seguintes observações:

1. Os problemas encontrados para se operacionalizar, informalmente, uma metodologia flexível, conduzem a uma "amarração" espontânea do Projeto em campo, centralizada na figura do monitor, que, na maioria das vezes, se torna uma extensão dessa infra-estrutura. E mais, as sugestões apresentadas pelas Coordenações se dão no sentido de consolidar a participação de es monitores como parte da infra-estrutura institucional e, deste modo, como ponto de "amarração" do Projeto, contrariando, com isso, o próprio princípio do Projeto — "Quem sabe mais ensina a quem sabe menos" —, pelo qual o simples domínio de uma técnica já habilitaria à monitoria de cursos. Neste sentido, por exemplo, é colocada a necessidade de ser proporcionado treinamento didático a esses monitores e, mesmo, de serem elaborados conteúdos básicos para os cursos.

2. A não-ocorrência de uma efetiva apropriação da proposta pela clientela, que, não sendo consultada sobre seus interesses reais, não participa das decisões quanto às alternativas de desenvolvimento do Projeto em campo.

Um outro aspecto de consequências graves na forma pela qual o Projeto vem sendo desenvolvido e apropriado, é o do não-atendimento exclusivo à população de baixa renda, tida como prioritária nas atividades de trabalho da Instituição. Atende-se, também, em alguns estados, majoritariamente, a uma população considerada de classe média.

Ao se analisar este aspecto — julgado de extrema importância — deve-se ter em mente, contudo, a proposta do Projeto. Ela não traz, em seu bojo — a exemplo do que ocorre com a proposta de alfabetização, na qual o adulto analfabeto já delimita uma área de atuação marcadamente carenciada —, a prioridade de atendimento a uma população de baixa renda. Pela proposta, os cursos oferecidos não caracterizam apenas uma necessidade da camada populacional de menor poder aquisitivo das comunidades em que são ofertados — é o mínimo que se pode afirmar.

Neste caso, então, seria necessário um efetivo trabalho, pela infra-estrutura institucional, no sentido de organizar e canalizar a proposta para a clientela de baixa renda. A partir daí, questiona-se:

Será que, se a infra-estrutura fosse considerada adequada para a mobilização desta camada da população, ela teria real interesse pela proposta? Isto é, até que ponto a oferta de cursos de iniciação ao trabalho pode resultar em benefício efetivo a uma população carente, para a qual o aproveitamento do conhecimento adquirido (que não assegura ingresso no mercado de trabalho) passa pela possibilidade, por exemplo, de aquisição de material mínimo básico e de matéria-prima (não garantidos pelo projeto)? Poder-se-ia, nesse caso, pensar em um trabalho de profissionalização a nível de programa de massa?

Não se está, aqui, invalidando o Projeto, mas sim verificando a quem, efetivamente, ele pode atender, com suas características e objetivos. Sendo considerado prioritário o atendimento a uma população de baixa renda, talvez se faça necessário serem revistos alguns de seus aspectos, bem como seus objetivos e, sobretudo, os recursos financeiros e materiais nele alocados.

## PROJETO DE TREINAMENTO FORMAL

Inicialmente, faz-se necessário apresentar alguns fatos que dificultaram o trabalho de reflexão crítica sobre o Treinamento Formal:

. no que se refere à documentação existente na Instituição, foram poucas as informações encontradas, já que o trabalho com entidades de formação profissional não permitia um acompanhamento mais direto e sistemático pelo MOBRAL, havendo, ainda, pouco tempo de atuação na linha de conveniamento direto com a COMUN.

. quanto à análise dos relatórios de avaliação enviados pelas Coordenações, observou-se que:

- estas não se colocaram em relação a todas as questões formuladas, não havendo um único item que tenha sido respondido por todas. Por esta razão, não se pode considerar as conclusões apresentadas como o resultado das opiniões das Coordenações como um todo;
- algumas informações consistiam na reprodução de procedimentos relativos ao Projeto, não trazendo contribuição significativa ao trabalho;
- houve contradições em alguns relatórios, que enfocaram diferentemente o mesmo aspecto.

Mesmo considerando o exposto acima, convém ressaltar que o trabalho realizado pelas Coordenações foi de grande importância para a análise final do Projeto, cujas principais conclusões apresentamos a seguir.

Conforme observado pelas Coordenações, há boa aceitação do Projeto por parte da comunidade, tendo sido apontado que a quantidade de cursos oferecida é insuficiente para atender às solicitações de campo. Em função disso, as Coordenações se mostram receptivas, não questionando o interesse do mesmo.

Algumas Coordenações informam que os objetivos do Projeto vêm sendo atingidos, já que os cursos habilitam de fato para o exercício da profissão.

Quanto ao ingresso no mercado de trabalho, a maioria diz que não tem sido possível acompanhar os alunos após o treinamento. Mesmo assim, observam a dificuldade de absorção maior pelo mercado formal e o auxílio do BES em alguns casos. É importante registrar que o acompanhamento aos egressos dos cursos nunca foi solicitado pelo MOBRAL Central.

A informação das Coordenações de que os cursos pela metodologia de Ocupação Específica são mais procurados já havia ficado evidenciada quando da tabulação das propostas recebidas em 1981. Isto parece bastante coerente porque a metodologia por Famílias

secundário --, e a maior concentração de cursos ocorre na zona urbana.

Os problemas apresentados pelas Coordenações, como dificultadores do acompanhamento dos cursos, são os mesmos já levantados em ocasiões anteriores. Estão sempre ligados à ausência ou insuficiência de recursos humanos, materiais e financeiros. Torna-se necessário ressaltar que o ex-Programa de Profissionalização nunca foi prioritário para a Organização, o que ocasionou menor atenção por parte das Coordenações, principalmente no que se refere à supervisão. Esta constatação é reforçada pelo Relatório de Trabalho do SUSUG/79, onde as atividades da ex-GEPRO foram as últimas colocadas em relação às prioridades de trabalho dos Supervisores.

O desconhecimento de conteúdos técnicos sobre as diferentes ocupações, por parte dos elementos responsáveis pela implantação e pelo acompanhamento do Projeto, vem também dificultando o trabalho.

Quanto à clientela, apesar das orientações do MOBRAL Central, os cursos não têm sido sistematicamente ofertados aos alunos de PAF, PEI e PAD, salvo por poucas Coordenações e sem atingir contingente significativo de participantes ou egressos destes Projetos. Não temos, por outro lado, informações suficientes para precisar o perfil dos alunos que vêm frequentando os cursos.

Em relação ao conteúdo e à carga horária dos cursos, algumas Coordenações consideram adequados e suficientes. No entanto, há colocações no sentido de que a baixa gratificação do instrutor, aliada à forma de pagamento por aluno/programa, influi negativamente, ocasionando diminuição da carga horária e do conteúdo, o que, conseqüentemente, prejudica a aprendizagem.

De maneira geral, as Coordenações consideram positivo o fato de não existir uma metodologia preestabelecida no Treinamento Formal, fazendo com que o instrutor transmita, à sua maneira, os conteúdos, o que facilita a participação dos alunos e uma melhor aprendizagem. Contudo, 2 Coordenações acham necessário que se capacitem didaticamente os instrutores.

Acreditamos que, em relação a esse aspecto, uma atuação diferenciada, de acordo com as necessidades sentidas, venha a ser a solução mais adequada.

Quanto ao recrutamento de instrutores, as informações não surpreendem, já que são bastante conhecidos os problemas gerados pela baixa gratificação oferecida pelo MOBRAL e agravados pela melhor remuneração oferecida por outras instituições de Treinamento. Das 20 Coordenações que opinaram sobre a gratificação dos instrutores, 13 consideram-na insuficiente. O fato é agravado pela ausência ou insuficiência de remuneração dos elementos da COMUN, que acompanham o trabalho mais diretamente.

Apesar de algumas Coordenações contarem com grande apoio das comunidades, fica evidenciado, em grande número de relatórios, que os recursos destinados à compra de material de consumo são insuficientes, podendo comprometer a aprendizagem dos alunos. A sugestão para a compra de ferramentas necessárias aos cursos também parece pertinente. Em alguns casos, a cessão de local para realização dos cursos constitui dificuldade.

Quando se trata de conveniamento com as Comissões Municipais, esses problemas de infra-estrutura se tornam mais graves, se aliados à demora na análise e aprovação das propostas e à liberação de recursos pelo MOBRAL Central, retardando o processo e, às vezes, chegando a comprometer a realização dos cursos.

Quanto ao conveniamento com instituições de treinamento profissional, as Coordenações divergem sobre sua validade. As principais razões que levam a um posicionamento negativo são:

- o grau de escolaridade dos alunos do MOBRAL é inferior ao exigido por estas entidades;

- a interiorização dos cursos é dificultada pelo fato de as instituições não oferecerem cursos em certas localidades.

Acreditamos que as causas acima apontadas não inviabilizam a importância do trabalho com estas entidades. No entanto, são pontos que devem merecer especial atenção quando da operacionalização dessa articulação.

Finalmente, dois aspectos merecem ser ressaltados nesta análise:

- os cursos de Treinamento Formal não vêm sendo frequentados pelos alunos dos outros projetos da DISUP. A partir dessa constatação, nos perguntamos se não estão sendo levados em consideração os interesses dessa clientela para a definição dos cursos ou se os cursos selecionados não estão sendo dirigidos — em termos de escolha de local, estabelecimento de horários, divulgação etc. — a esses alunos;

- as informações apresentadas pelas Coordenações deixam claro que as dificuldades sentidas para o desenvolvimento do Projeto referem-se às condições que o MOBRAL Central vem oferecendo para sua operacionalização, especialmente quanto aos aspectos administrativos (análise de propostas pelo MOBRAL Central, demora na aprovação de propostas, liberação de recursos, etc.) e aos recursos financeiros. Essas dificuldades não se referem, portanto, à validade do Projeto ou à sua não-aceitação pela clientela.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apreciação dos documentos relativos à análise dos Projetos da DISUP situa, de imediato, a questão da sistemática até então adotada para a avaliação global da proposta educativa do MOBRAL e específica de cada um dos seus Projetos.

A existência de grandes lacunas não permite posicionamentos decisivos sobre a qualidade da ação que se desenvolve, principalmente em termos do nível de apropriação da proposta pela clientela a que se destinã. Portanto, pode-se apenas falar de algumas tendências identificáveis nos Projetos em desenvolvimento.

Foi possível confirmar a hipótese inicial de trabalho, de um distanciamento acentuado entre a concepção inicial das ações educativas e o modo com que atualmente elas vêm ocorrendo.

Também se evidencia o fato de os Projetos desenvolvidos na área de Educação Supletiva correrem paralelamente, não guardando, entre si, relações significativas, do ponto de vista metodológico e operacional, que viessem facilitar um maior engajamento dos participantes e uma administração mais globalizada das ações desenvolvidas.

Nota-se, ainda, uma forte interferência negativa de questões relativas à infra-estrutura institucional, incluindo-se aí desde os aspectos financeiros até a atual estratégia de qualificação dos recursos humanos envolvidos na ação educativa.

Com o objetivo de ilustrar as observações feitas anteriormente, seguem-se considerações genéricas sobre os componentes dos Projetos que hoje constituem a oferta de Educação Supletiva do MOBRAL.

De um modo geral, os objetivos para eles propostos apresentam-se problemáticos, em função da sua própria linha de formulação, da amplitude de seus propósitos, da dificuldade da mensuração de seu alcance.

Em síntese, o que se confirma é um distanciamento entre a concepção das finalidades dos projetos educativos para adolescentes e adultos e o que, de fato, ocorre na prática.

A clientela do MOBRAL, na área de Educação Supletiva, é integrada, em sua maioria, por uma população de baixa renda — se bem que em níveis diferenciados de um Projeto para outro. Essa

iferenciação torna-se marcante a partir do PAF e é mais evidente no Autodidatismo e PETRA.

ducas são as informações sobre a circulação dos participantes pelos diferentes Projetos de Educação Supletiva, já que a própria sistemática de controle e acompanhamento não apresenta mecanismos que permitam verificar em que medida efetivamente corre essa circulação.

pelos poucos depoimentos existentes, depreende-se ser muito restrita a participação da clientela de um Projeto em outras ações na área supletiva. Isso parece se relacionar à defasagem entre os conteúdos dos Projetos, à não-correspondência entre a implantação — épocas de implantação distintas —, e outros aspectos.

Tal fato vem conferir a esses Projetos um caráter desarticulado, dando origem a ações isoladas ou paralelas.

A proposta metodológica de cada um dos projetos não é questionada em si mesma, pelas Coordenações. Seus problemas operacionais são, no entanto, bastante evidentes.

A duração e a carga horária restrita dos cursos são alguns dos fatores ressaltados como de decisiva interferência no desenvolvimento dos Projetos, excluindo-se, dessa observação, apenas o Autodidatismo.

Conteúdo e material didático precisam ser reformulados, como a sequência mesmo da redefinição dos objetivos da Educação Supletiva e também da necessidade de maior adequação à clientela, à realidade local.

A apreciação sobre os recursos humanos envolvidos nos Projetos remete prioritariamente aos seguintes aspectos: a pouca qualificação para o desempenho de suas funções, a existência de lacunas na sistemática de qualificação de agentes, assim como falta de uma metodologia mais adequada e motivadora.

A questão dos recursos humanos parece ser, de todas, a mais problemática interferência para o não desenvolvimento ótimo da ação educativa do MOBREAL. Assim é que, em todos os fatores até então considerados, esse aspecto esteve evidente.

As considerações a respeito dos recursos materiais estão muito relacionadas às características operacionais de cada projeto. Assim, para o PAF, PEI e PAD os maiores entraves referem-se

demora no envio do material ou a problemas quanto à sua interiorização e estocagem. Para os demais Projetos, que não contam com um material específico, esse problema caracteriza-se pela dificuldade de se conseguir equipamentos junto aos participantes e à própria comunidade.

No que se refere aos recursos financeiros destinados aos projetos, a problemática se situa na demora da liberação de verbas e nos fluxos administrativos, que envolvem esse item. São impeditivos de um melhor desenvolvimento dos projetos, na medida em que os limites de gratificação, ajudas de manutenção, aquisição de material de consumo, se apresentam bastante restritos.

As informações sobre a implantação dos Projetos refletem os problemas existentes quanto aos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis na Organização.

Em termos mais gerais, pode-se dizer que hoje já se perdeu, em muito, o sentido de mobilização para implantação dos Projetos, enquanto envolvimento da comunidade e busca de co-participação no acontecimento da ação educativa. Essa mobilização vem se traduzindo, atualmente, em recrutamento de agentes e participantes em épocas específicas, o que faz com que esse trabalho acabe sendo eventual.

Os dados sobre avaliação apresentam-se insuficientes para se apreciar convenientemente os resultados da proposta educativa que vem sendo desenvolvida junto a adolescentes e adultos. Tal fato se relaciona intimamente aos próprios objetivos dos projetos que, por sua amplitude, extrapolam os limites de uma ação meramente educativa.

De um modo geral, conclui-se que existe um grande distanciamento entre a prática educativa atual e sua concepção, que previa ações inter-relacionadas em termos de educação geral e formação especial, permeadas pela dimensão cultural de todo o trabalho junto a adolescentes e adultos.

No entanto, as causas desse distanciamento não podem ser localizadas apenas no âmbito institucional, se não também relacionadas às próprias características da realidade que circunscreve a ação educativa.

A N E X O

## MATERIAIS QUE COMPÕEM O ESTUDO SOBRE CADA PROJETO:

## PAF

- análise das informações enviadas pelas Coordenações;
- conclusões sobre os dados das Coordenações;
- conclusões, incorporando dados sobre pesquisas relativas ao PAF;
- documento de análise do Material Didático do PAF.

## PEI

- análise dos Relatórios Trimestrais das Agências Pedagógicas - 79/80/81;
- análise dos Relatórios dos Miniencontros de APEDE - 80;
- análise das informações enviadas pelas Coordenações;
- análise da Pesquisa "Estudo sobre o PEI";
- conclusões;
- recomendações;
- anexos

## PAD

- análise dos Relatórios Trimestrais das Agências Pedagógicas - 79/80/81;
- análise do Encontro Nacional de APEDE - 79;
- análise da Pesquisa "Estudo e Acompanhamento do Autodidatismo - Fase Experimental";
- análise da Pesquisa "Estudo sobre o Programa de Autodidatismo - Fase de Expansão";
- análise das informações enviadas pelas Coordenações;
- conclusões;
- sugestões e recomendações;
- anexos

PETRA

- . histórico;
- . análise das informações enviadas pelas Coordenações;
- . síntese da visão das Coordenações;
- . conclusão;
- . anexos;
- . sugestões

TF

- . análise das informações enviadas pelas Coordenações;
- . conclusões;
- . análise da Lei 5.692/71 e do Parecer 699/72;
- . sugestões